

Para a estimativa de arrecadação de ICMS para os anos de 2021 a 2023, considerou-se a arrecadação estimada para o ano de 2020, a projeção anual de inflação (IPCA-IBGE) e a média de crescimento real do PIB Brasil e do PIB Pará, conforme a seguir:

Receita ano (2021 a 2023) = Receita ano anterior x IPCA ano x Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano

Onde:

- Receita ano: estimativa de arrecadação anual
- Receita ano anterior: arrecadação projetada para o ano anterior
- IPCA ano: projeção de inflação anual, medida pelo IPCA (em fator)

- Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano: média entre a projeção de crescimento real anual do PIB do Pará e a projeção de crescimento real anual do PIB do Brasil (em fator), divulgadas pela Fapespa em março de 2020.

O quadro a seguir apresenta as projeções de arrecadação da Receita Própria Estadual para o período de 2021 a 2023, calculadas conforme a metodologia descrita.

#### ESTIMATIVA DE RECEITA DE ICMS, IPVA, ITCD E TAXAS - 2021 A 2023

DATA DE ELABORAÇÃO: 09/04/2020

RECEITAS	ESTIMATIVA (R\$)		
	2021	2022	2023
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS (A)</b>	14.333.918.242,46	15.261.822.549,14	16.266.254.425,63
ICMS	13.013.541.831,49	13.873.759.720,25	14.805.916.825,21
IPVA	690.419.141,62	736.057.055,11	785.511.624,56
ITCD	36.777.697,42	38.064.916,83	39.397.188,92
TAXAS	593.179.571,93	613.940.856,95	635.428.786,94
TAXA MINERAL	545.294.510,94	564.379.818,83	584.133.112,49
TAXA HÍDRICA	43.377.232,61	44.895.435,75	46.466.776,00
TAXAS FAZENDÁRIAS	4.507.828,38	4.665.602,37	4.828.898,46
<b>MULTAS E JUROS DE MORA (B)</b>	75.589.717,05	80.565.245,52	85.955.718,95
ICMS	71.173.781,93	75.878.493,47	80.976.655,63
IPVA	3.738.027,43	3.985.117,59	4.252.871,66
ITCD	677.907,69	701.634,46	726.191,67
<b>RECEITA DA DÍVIDA ATIVA (C)</b>	155.956.226,74	166.152.599,45	177.195.522,94
ICMS	139.943.589,12	149.194.105,26	159.218.233,40
IPVA	12.392.043,80	13.211.179,59	14.098.818,93
ITCD	3.620.593,82	3.747.314,60	3.878.470,61
<b>TOTAL DA RECEITA (A + B + C)</b>	<b>14.565.464.186,25</b>	<b>15.508.540.394,10</b>	<b>16.529.405.667,52</b>

FONTE: SEFA/DAIF

Cabe ressaltar que as projeções de receitas para a LDO 2021 foram elaboradas em período de grandes incertezas, tendo em vista os impactos econômicos resultantes da pandemia da COVID-19, sendo necessária atualização por ocasião do envio do projeto da lei orçamentária anual, nos termos do art. 2º, § 2º do PLDO 2021.

No âmbito da despesa, cujos principais itens têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes parâmetros:

1. **Pessoal:** Projeção com base reestimativa da folha de pessoal para 2020, sendo planejada para 2021, conforme preceitos legais, mantendo-se austeridade e cenário de possível recuperação do Estado, a partir de 2022.

2. **Despesas Correntes:** Projeção com base da reestimativa de 2020 corrigida pelo IPCA, conforme os preceitos legais, excluindo as Transferências Constitucionais aos Municípios – TCM, as quais foram projetadas em percentuais definidos em lei sobre a estimativa dos impostos (ICMS, IPVA, IPI) bem como o PIS/PASEP que foi calculado de acordo com a legislação vigente.

3. **Dívida Pública Consolidada:** Constitui no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Sua projeção é realizada com base na cronograma previsto de pagamento, considerando os indexadores do contrato, a taxa de câmbio prevista para o período e as operações de crédito projetadas.

Observa-se que na projeção da Dívida Pública, há também a influência da moeda americana (taxa de câmbio) que impacta negativamente no aumento dos valores informados, notadamente pelas consequências econômicas decorrente da Pandemia da COVID-19.

4. **Investimentos e Inversões Financeiras:** Registra os investimentos com Recursos Próprios, as Operações de Crédito (novas e em execução), projetadas conforme a realidade atual do Estado e as perspectivas de estruturação necessária para os anos seguintes, priorizando as obras em andamento e conservação de patrimônio Público bem como as ações do Estado visando sua reestruturação econômica.

5. **Transferências Constitucionais aos Municípios (TCM):** Obedece o que determina a Legislação sendo projetado com base nos percentuais definidos em Lei sobre a estimativa de impostos (ICMS, IPVA, IPI) e na cota parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), apresentada nesta LDO;

6. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FUNDEB):** Obedece o que determina a Legislação, onde dos 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Resultando de Impostos Líquida (Receitas de Impostos e Transferências), destinados a Educação, 20% (vinte por cento) são de exclusividade com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FUNDEB) enquanto que o Estado tem a responsabilidade de arcar com os demais 5% (cinco por cento).

Estima-se que em 2021, a Receita Primária será na ordem de R\$ 26,172 bilhões, enquanto que a Despesa Primária estimada será no valor de R\$ 26,170 resultando em um resultado primário positivo de R\$ 1,875 milhão.

Para os demais exercícios, 2022 e 2023, o desempenho fiscal do Estado deve registrar um crescimento positivo do resultado primário, sendo para 2022 R\$ 12,913 milhões e para 2023, um superávit primário de R\$ 284,878 milhões, resultado de uma recuperação econômica.

Vale ressaltar que, a partir do exercício de 2019, não foram consideradas Receitas e Despesas Intraorçamentárias, para efeito de apuração do Resultado Primário, de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, constante no Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição.

Quanto ao resultado nominal, indicador que representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública, espera-se para 2021, um resultado negativo de R\$ 1.625,256 bilhões, obtido a partir do acréscimo do resultado primário ao saldo da conta de juros, ou seja a diferença entre juros ativos e passivos.

Importante destacar que as ações planejadas pelo Governo e refletidas nesta LDO, também, são analisadas com base na capacidade de endividamento do Estado, cujos limites foram apuradas de acordo com a legislação vigente e evidenciam

que o Estado encontra-se abaixo do índice de endividamento, conforme Resolução do Senado Federal.

#### CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	REALIZADA	REALIZADA	ESTIMADA	PROJEÇÃO		
ESTOQUE DA DÍVIDA CONSOLIDADA/LÍQUIDA - DCL	2.504.137	1.629.941	3.244.274	4.295.710	4.468.404	4.322.035
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.818.403	21.690.573	21.377.792	22.572.883	23.616.724	24.723.516
NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO = DCL / RCL	13,31	7,51	15,18	19,03	18,92	17,48

FONTE: SEFA/SEPLAD

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

##### Tabela 1 - Metas Anuais

##### DEMONSTRATIVO 1

2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total	27.943.723	26.980.518	148,5948	123,7936	29.177.295	27.218.908	145,5483	115,2527	30.292.453	27.303.591	141,77656	122,52486
Receitas Primárias (I)	26.172.699	25.270.540	139,1771	115,9478	27.456.400	25.613.520	136,9638	108,4550	28.823.159	25.979.267	134,89988	116,58196
Despesa Total	27.943.723	26.980.518	148,5948	123,7936	29.177.295	27.218.908	145,5483	115,2527	30.292.453	27.303.591	141,77656	122,52486
Despesas Primárias (II)	26.170.824	25.268.730	139,1672	115,9395	27.443.487	25.601.474	136,8994	108,4040	28.538.280	25.722.497	133,56658	115,42970
Resultado Primário III=(I-II)	1.875	1.810	0,0100	0,0083	12.913	12.046	0,0644	0,0510	284.878	256.770	1,33330	1,15226
Resultado Nominal	(1.625.256)	(1.569.234)	(8,6425)	(7,2001)	(1.671.167)	(1.558.998)	(8,3365)	(6,6012)	(1.458.145)	(1.314.274)	(6,82450)	(5,89781)
Dívida Pública Consolidada	7.188.245	6.921.160	38,1182	31,7561	7.441.528	6.942.050	37,1214	29,3946	7.399.166	6.669.113	34,63002	29,92765
Dívida Consolidada Líquida	4.295.710	4.147.639	22,8431	19,0304	4.468.454	4.168.530	22,2905	17,6508	4.322.035	3.895.593	20,22825	17,48147

FONTE: SEPLAD/SEFA/CFIS

Nota: - Valores constantes a preços do IPCA do respectivo ano, projetado pela Fapespa, bem como a evolução do PIB - Pará.

- As Receitas e Despesas Intraorçamentárias foram excluídas da base de cálculo, para efeito de apuração do Resultado Primário.

- O Resultado Nominal, esta de acordo com a metodologia apresentada no MDF 10ª ed., onde o resultado positivo, significa que haverá diminuição da dívida e negativo aumento da dívida, em conformidade com a metodologia definida pela STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição.

- A Metodologia utilizada para cálculo das projeções para 2021, 2022 e 2023 teve com base, a despesa reprogramada de 2020 no período de Janeiro a Abril.

- A Metodologia Apresentada para Cálculo do Demonstrativo:

O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
Projeção do PIB Pará (R\$ Milhares)	18.805.315	20.046.468	21.366.334
IPCA (%)	3,57	3,5	3,5
Receita Corrente Líquida - RCL (R\$ Milhares)	22.572.832	23.616.724	24.723.515